Monitoraê

Versão 1.0

Histórico da Revisão

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Data** | **Versão** | **Descrição** | **Autor** |
| 13/03/2020 | 1.0 |  | Thais Ferreira  Ieda Oliveira |

Índice Analítico

1. Introdução 4

1.1 Finalidade 4

1.2 Escopo 4

1.3 Visão Geral 4

2. Definições 4

2.1 Acesso à Informação 4

2.1.1 Quem deve cumprir 4

2.1.2 Informações 4

2.2 Lei da Transparência 4

2.2.1 Transparência ativa 4

2.2.2 Prazos 4

2.3 Obrigações Municipais 5

2.3.1 Remuneração de agentes municipais 5

Referências 5

# Introdução

Este documento apresenta atividades fundamentais do negócio do site abordagem do sistema sobre elas.

## Finalidade

Determinar como é realizada as atividades executadas no site seguindo as políticas e leis.

## Escopo

Esse documento se limita a descrever as regras de negócio a serem seguidas no site, que foram identificadas com o levantamento de dados. As regras de negócio podem ser alteradas em caso de manutenções.

## Visão Geral

Esse documento contém as atividades realizadas no site e a descrição de cada uma.

# Definições

As regras de negócio serão listadas, divididas em grupos e com a descrição das regras.

## Acesso à informação

Prevista na constituição de 1988 a Lei de Acesso à Informação, diz respeito às informações públicas e permite a qualquer pessoa interessada solicitar documentos aos órgãos públicos fazendo o pedido sem qualquer justificativa.

### **Quem deve cumprir**

Os órgãos públicos, dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e três níveis de governo (federal, estadual, distrital e municipal). Incluem-se os Tribunais e Contas e os Ministérios Públicos.

### **Informações**

Os três poderes são obrigados a prestar contas com informações claras e devem conter, no mínimo, o registro de repasses e/ou transferências de recursos financeiros, registro das despesas, detalhamento dos processos de licitação e dados gerais de programas, ações, projetos e obras dos órgãos e entidades.

## Lei da Transparência

Com objetivo de complementar a Lei do Acesso à Informação e alterar o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei da Transparência combina o direito de receber informações de natureza pessoal, coletiva e interesse geral, em um único documento.

### **Transparência ativa**

As informações de interesse público devem ser divulgadas independentemente de solicitações. Garantindo sua divulgação por meio de uso de tecnologias e auxiliando a população de como acessar essas informações de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

### **Prazos**

As informações devem ser apresentadas imediatamente, se não for possível, o órgão deverá dar uma resposta em no máximo 20 dias.

## Obrigações municipais

### **Remuneração de agentes municipais**

Exercendo o Art. 7º do Decreto Nº 7.724, de 16 de Maio de 2012 as informações sobre os agentes municipais como: dados sobre a ocupação de cargos, funções comissionadas, viagens a serviço, diárias pagas, convenio, remunerações recebidas, auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, devem estar disponível nos portais de transparência municipais.

# Referências:

GUIA técnico de regulamentação da Lei de Acesso à Informação em Municípios e check list. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/transparencia-publica/brasil-transparente/arquivos/guia_checklist.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

Lei de Acesso à Informação: accountability em prática. Disponível em: <<https://www.clp.org.br/lei-de-acesso-a-informacao-accountabilty/?gclid=Cj0KCQjwpLfzBRCRARIsAHuj6qXEyaPxx-R8LtsqVpE2WO_TpZNCe24ULNtgK5fExTcWPa2DlabKHbEaAjrGEALw_wcB>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

Entenda a Lei de Acesso à Informação. Agência Senado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/05/15/entenda-a-lei-de-acesso-a-informacao>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

Sobre a Lei de Acesso à Informação. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/servico-de-informacao-ao-cidadao/sobre-a-lei-de-acesso-a-informacao> >. Acesso em: 13 de março de 2020.

LEI COMPLEMENTAR Nº 131, DE 27 DE MAIO DE 2009. Disponível em: <<http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/img/download/Lei_Complementar_n_131_2009.pdf>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7724.htm>>. Acesso em: 13 de março de 2020.

ALMANAQUE DO PLANEJAMENTO. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/arquivos-e-imagens/secretarias/Arquivos/noticias/sof/2012/121107_almanaque_do_planejamento.pdf/view>>. Acesso em: 27 de março de 2020.

ORÇAMENTO PULBICO & GESTÃO FISCAL. Disponível em: < <http://www.tce.ro.gov.br/arquivos//downloads/iep-ixenc-12-02-14-12-23-41.pdf>>. Acesso em: 27 de março de 2020.